

PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO

Entre

a Direção-Geral da Educação

e

a Autoridade para as Condições do Trabalho



PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO

Entre:

A Direção-Geral da Educação, adiante designada por DGE, pessoa coletiva número 600084809, com sede na Avenida 24 de Julho n.º 140, 1399-025 Lisboa, representada pelo seu Diretor-Geral, José Vítor Pedroso, designado pelo Despacho n.º 15260/2014, de 9 de dezembro, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 242, de 16 de dezembro de 2014, , como primeiro outorgante,

e

A Autoridade para as Condições do Trabalho, adiante designada abreviadamente por ACT, pessoa coletiva n.º 600 083 349 , com sede na Av. Casal Ribeiro, n.º 18-A, 1000-092 Lisboa, neste ato representada pela sua Inspetora-Geral, Maria Luísa Torres Eckenroth Guimarães, como segundo outorgante,

Considerando que:

1. A DGE tem, entre outras, as seguintes atribuições:
 - a. Desenvolver os currículos e os programas das disciplinas, as orientações relativas às áreas curriculares não disciplinares, bem como propor a respetiva revisão em coerência com os objetivos do sistema educativo;
 - b. Desenvolver o estudo sobre a organização pedagógica das escolas, propondo medidas de reorganização;

- c. Promover a investigação e os estudos técnicos, nomeadamente estudos de acompanhamento e avaliação, no âmbito do desenvolvimento curricular;
 - d. Contribuir para o planeamento das necessidades de formação inicial, contínua e especializada do pessoal docente, em articulação com a Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência e a Direção-Geral da Administração Escolar;
2. A ACT tem, entre outras, as seguintes atribuições:
- a. Promover e participar na elaboração de políticas de segurança e saúde no trabalho;
 - b. Promover a execução das políticas de segurança, saúde e bem-estar no trabalho;
 - c. Assegurar a gestão do sistema de prevenção dos riscos profissionais, visando a efetivação do direito à saúde e segurança no trabalho;
 - d. Apoiar as entidades públicas e privadas na identificação dos riscos profissionais, na aplicação de medidas de prevenção e na organização de serviços de segurança, saúde e bem-estar no trabalho;
 - e. Colaborar com outros órgãos da Administração Pública com vista ao respeito integral das normas laborais, nos termos previstos na legislação nacional, europeia e nas Convenções da OIT, ratificadas por Portugal.

É reciprocamente acordado e livremente aceite pelas partes outorgantes o presente Protocolo de Colaboração, o qual se rege pelos seus considerandos e ainda nos termos das cláusulas seguintes e nos seus precisos termos:



Cláusula Primeira (Objeto)

O presente Protocolo tem por objeto estabelecer os termos e as condições em que a DGE e a ACT se comprometem a colaborar a nível técnico, científico, pedagógico e logístico, no sentido de promover a educação para a segurança e saúde no trabalho no âmbito do domínio Mundo do Trabalho, a divulgar junto dos estabelecimentos escolares do ensino público, tal como definido na Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania, cujo Grupo de Trabalho foi criado pelo Despacho n.º 6173/2016, dos Gabinetes da Secretária de Estado para a Cidadania e Igualdade e do Secretário de Estado da Educação, publicado no Diário da República, 2.ª série, de 10 de maio de 2016 e na Estratégia Nacional de Segurança e Saúde no Trabalho 2015-2020, aprovada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 77/2015, publicada no Diário da República, 1.ª série, de 18 de setembro de 2015, designadamente nas medidas específicas 1, 2, 3 e 19 constantes nesta última.

Cláusula Segunda (Obrigações das partes)

1. No âmbito do presente protocolo a DGE, na qualidade de primeiro outorgante, compromete-se a:
 - 1.1. Promover a participação da ACT, entre outros parceiros, na elaboração de documentos sobre a Educação para o Mundo do Trabalho, no quadro da educação para a cidadania;
 - 1.2. Colaborar com a ACT na promoção de ações de sensibilização e na conceção de ações de formação, visando contribuir para o

conhecimento, consciencialização e ação em contexto escolar sobre a problemática da saúde e segurança no trabalho, tendo em vista a sua prevenção e garantia;

- 1.3. Cooperar com a ACT na divulgação de recursos, bem como na divulgação de outras iniciativas relevantes que possam contribuir para o conhecimento, consciencialização e ação em contexto escolar sobre a problemática da saúde e segurança no trabalho, tendo em vista a sua prevenção e garantia;
2. No âmbito do presente protocolo a ACT, na qualidade de segundo outorgante, compromete-se a:
 - 2.1. Cooperar com a DGE na elaboração de documentos sobre a Educação para o Mundo do Trabalho, no quadro da educação para a cidadania bem como no âmbito da Estratégia Nacional de Segurança e Saúde no Trabalho 2015/2020, designadamente nas medidas específicas 1, 2, 3 e 19 aí constantes;
 - 2.2. Facilitar a colaboração, na elaboração de documentos sobre a Educação para o Mundo do Trabalho, de outras entidades da sociedade civil que desenvolvem ação na área da Educação para o Mundo do Trabalho;
 - 2.3. Promover formação especializada do pessoal docente nos domínios da segurança e saúde no trabalho;
 - 2.4. Realizar eventos formativos designadamente, encontros, conferências, seminários em matéria de segurança e saúde no trabalho;

- 2.5. Identificar e comunicar à DGE práticas, recursos e iniciativas relevantes, no âmbito da educação para a saúde e segurança no trabalho, com o objetivo desta as disseminar pelos agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas do ensino público;
- 2.6. Colaborar em projetos nacionais e/ou internacionais, no âmbito da educação para a saúde e segurança no trabalho, que sejam identificados como de interesse nas respetivas áreas de intervenção;

Cláusula Terceira
(Acompanhamento)

O acompanhamento das ações desenvolvidas no âmbito do presente Protocolo é assegurado por um representante da DGE e por um representante da ACT, a nomear pelos respetivos outorgantes.

Cláusula Quarta
(Revogação e resolução)

1. O presente Protocolo pode ser revogado, a todo o tempo, por comum acordo escrito entre as partes outorgantes.
2. O incumprimento por qualquer das partes outorgantes das obrigações constantes do presente Protocolo confere, à parte não faltosa, o direito à resolução do mesmo.
3. A resolução deverá ser notificada à parte faltosa, através de carta registada com aviso de receção.

Cláusula Quinta
(Vigência e renovação)

O presente Protocolo tem a duração de um ano, a contar da data de assinatura, sendo automaticamente renovável, caso não seja denunciado por qualquer dos seus outorgantes, no prazo de 90 (noventa) dias antes do respetivo termo, através de carta registada com aviso de receção.

Cláusula Sexta
(Revisão)

1. Sem prejuízo do disposto na cláusula anterior, o presente Protocolo pode ser objeto de revisão, sempre que os outorgantes, por expresso acordo mútuo, assim o entendam, caso se verifique alteração de circunstâncias justificativas, nomeadamente decorrentes da efetiva operacionalização do Protocolo ou por imposição de alterações legislativas.
2. A revisão será efetuada por escrito e assinada por ambas as partes, ou por seus representantes autorizados, através de adenda escrita ao presente Protocolo, passando a mesma a ser parte integrante do mesmo.

Cláusula Sétima
(Omissões e dúvidas)

As omissões e dúvidas que possam surgir na execução do presente Protocolo serão resolvidas entre as partes e objeto de adenda escrita ao mesmo.

Cláusula Oitava
(Lei material competente)

O presente Protocolo rege-se pela Lei Portuguesa, segundo a qual deverá ser sempre interpretado e executado.

Cláusula Nona
(Resolução de litígios)


Para julgamento de quaisquer litígios emergentes do presente Protocolo, nomeadamente os relativos à respetiva interpretação, execução, incumprimento, invalidade, resolução, fica estabelecido o foro da Comarca de Lisboa.

O presente Protocolo é elaborado em dois exemplares, num total de XXX páginas, de igual conteúdo e valor, que vão ser assinados pelas partes outorgantes, destinando-se um exemplar a cada uma delas.

Lisboa, 29 de março de 2018

Pelo PRIMEIRO OUTORGANTE


O Diretor-Geral da Direção-Geral da
Educação



(José Vitor Pedroso)

Pelo SEGUNDO OUTORGANTE

A Inspetora-Geral da Autoridade
para as Condições do Trabalho



(Maria Luísa Torres Eckenroth
Guimarães)